

GT25: Atos de Estado, conflitos e resistências quilombolas em tempos extremos

Raquel Mombelli, Osvaldo Martins de Oliveira

O comitê quilombos da aba propõe reunir pesquisas realizadas em diversas regiões do país que reflitam sobre "atos de estado" e a intensificação de conflitos territoriais, acirrados pelo avanço dos chamados megaempreendimentos (mineração, agronegócio, imobiliário, infraestrutura, entre outros) nos territórios quilombolas ocorridos sobretudo durante o contexto de pandemia da covid-19. busca-se analisar os retrocessos e as ameaças eminentes em face aos processos de flexibilização da legislação ambiental, desmonte das instituições e paralisação dos processos de regularização fundiária das terras quilombolas pelo estado brasileiro, bem como avaliar os impactos causados pelas ações promovidas por agentes antagonistas aos direitos quilombolas e à desconstrução dos direitos. as formas de resistência, mobilização e organização política em torno da defesa dos territórios, os registros das memórias dos guardiões e das formas de transmissão dos saberes e da cultura quilombola, diante do descaso e abandono dos poderes públicos, serão também temas de interesse neste espaço.

A intensificação de conflitos em tempos de pandemia

Autoria: Cynthia Carvalho Martins

A presente comunicação têm como objetivo analisar a intensificação dos conflitos sociais em territórios quilombolas com ênfase nas medidas institucionais direcionadas ao retardamento da desapropriação dos territórios. Analisaremos os dispositivos institucionais - Portarias, Resoluções, Decretos, Instruções Normativas - de modo a demonstrar a restrição dos direitos conquistados e o reforço à lógica privada. Ampliam-se os empreendimentos da mineração, do agronegócio e das obras de infraestrutura e tal ampliação resulta em uma intensificação dos conflitos territoriais, dos atos de violência e das mortes de quilombolas. O debate envolve uma discussão sobre a prática antropológica e as estratégias de deslegitimar a relevância desses estudos para a concretização dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

